

Ao tratar do “Último período de Bizâncio” — capítulo VI — Maclagan faz inicialmente um tímido estudo demográfico de Constantinopla, do cosmopolitismo de sua população devido ao atraente comércio internacional e do profundo interesse do cidadão comum por assuntos religiosos. Por fim, na medida em que vai desenvolvendo o relato das ameaças crescentes e as próprias invasões que sofreu a capital, retrata as novas construções arquitetônicas, ou mesmo, as reformas pelas quais passaram certas obras e, nesse aspecto, de forma bem concisa.

O capítulo VII é denominado “A Cidade de Minaretos” e como o próprio nome sugere, nele o Autor trata das mesquitas construídas após a invasão otomana, das igrejas cristãs transformadas em templos muçulmanos, bem como de outras construções de vulto empreendidas até o século XIX, como o Serralho, enorme conjunto construído para a resistência imperial e que foi alterado ou adaptado por quase todos os sultões.

O capítulo VIII, como já frisamos inicialmente, constitui um lamentável engano, na verdade trata-se do Epílogo da obra.

Como já tivemos oportunidade de ressaltar no início de nossa resenha, o trabalho interessa à Arqueologia e a História da Arte. Sobretudo, convém agora esclarecer que, no que concerne à Arte, a obra limita-se às principais construções imperiais, não se atendo à construção civil em nenhuma página de sua obra. O próprio Maclagan menciona que “quase nada se conhece da arquitetura civil da cidade” (p. 72). Parece-nos portanto que o Autor se propôs a estudar seriamente a história da arte bizantina, seu trabalho todavia foi largamente prejudicado pela tradução portuguesa.

WILSON VALENTIM BIASOTTO.

*

* * *

RAMOS (Demetrio) (coord.). — *Estudio sobre política indigenista española en América*. Valladolid, Universidad de Valladolid (Seminário de História de América), 1976. 2 vols. 386 495 p. Ilus.

Estão reunidos nos dois volumes 37 estudos, abordando uma gama variada sobre os resultados advindos do contacto cultural entre o missionário e o indígena. Os trabalhos foram apresentados e discutidos no simpósio comemorativo do V Centenário do Padre Bartolomeu de las Casas. Os estudos estão distribuídos por dez secções a saber: 1. — “El inicio del indigenismo”, 2. — “Demografía y salubridad”, 3. — “Linguística: el indígena y los problemas idiomáticos”, 4. — “El indígena: su sedentarización y poblamiento”, 5. — “La condición jurídico-social del indígena”, 6. — “El cambio de ideas: los problemas religiosos”, 7. — “Regimen de vida y problema escologicos”,

8. — “Servicios personales”, 9. — “Regimen de encomienda: los tributos”, 10. — “El choque y la pugna de ocupación”.

Não pode ser esquecido que os missionários que atuaram na América, nos primeiros séculos da ocupação e colonização, depararam com uma grande diversidade de línguas indígenas. Aliado a isto concepções culturais bem distintas das dos europeus dificultavam, e muito, a transmissão de conceitos filológico-religiosos do Cristianismo.

O padre Acosta, em sua *História natural y moral*, demonstrou perfeito domínio da necessidade de adaptação quando da transmissão da doutrina cristã, propondo um conhecimento prévio do novo ambiente, considerado como indispensável para todo apostolado e ação em favor dos índios.

Os estudos sobre *modus vivendi* e ideal de vida dos aborígenes foi realizado por não poucos missionários. Entre eles, Bernardino de Sahagum (*Historia general de las casas de Nueva España*), Martín de Jesús de la Coruña (*Relación de las ceremonias y ritos, población e gobierno de los indios de la provincia de Michoacán*), Toribio de Benavente (*Memoriales y historia de los indios de Nueva España*).

Estes estudos estão a indicar que os religiosos não descuram dos problemas etnológicos e lingüísticos. Contudo, há indagações que se põem: como foram solucionados? Por acaso foram de todo resolvidos?

De certa maneira as respostas estão em três artigos, dos quais nos ocupamos nesta resenha. São eles: *El interprete: uno de los ejes de la aculturación* de Francisco de Solano Perez — Lila (1º vol. — p. 265-278); *Política lingüística en el Nuevo Reino de Granada durante los siglos XVI e XVII*, de Javier Real Cuesta (1º vol. — p. 279-302) e *Evangelización y política indigenista. Ideas y actitudes franciscanas en el siglo XVI* de Lino Gomez Canedo (2º vol. — p. 21-46).

Como bem afirma Solano Perez, poucas figuras existiram na história da América de tanta importância que tenham provocado uma atenção tão desigual como o intérprete. Ao longo dessa história são encontrados diferentes fases nas quais o conhecedor de idiomas é protagonista e tem uma atuação relevante, pondo em contacto dois mundos: o do índio e o do europeu, o do pagão e o do cristão, o do “selvagem” e o do “civilizado”. Em cada uma das etapas, o poliglota teve uma participação destacada, como o canal principal que servia de vínculo inevitável no entendimento entre os elementos das duas culturas postas frente à frente. As vezes atuará como mero introdutor das culturas nos dois mundos. São guias, são tradutores oficiais (intérpretes nas *Audiencias*), são ajudantes dos corregedores, bispos e outras autoridades, são escrevões do *cabildo de indios*, são herdeiros da língua de seus pais (mestiço), são os europeus que aprendem o idioma indígena (missionários), ou são os

indígenas aculturados (*ladinos*). Mesmo representando estados diferentes, em razão de motivações específicas, definidoras de valorizações diversas, somente alguns atuaram como verdadeiro elemento de aculturação. No entanto, todos contribuíram com maior ou menor destaque, para a aproximação e conhecimento mútuo, dado que a língua, como elemento integrador, é um dos fatores fundamentais da aculturação.

As chamadas *leyes de Burgos* foram as que primeiramente orientaram a política lingüística nos séculos XVI e XVII, dando bases para a assimilação e fusão dos diferentes grupos indígenas. A lei que leva o número 17 permite afirmar que o interesse da coroa espanhola não era ensinar a língua espanhola a toda a população, mas a formação de pessoas escolhidas, com grande influência no grupo indígena, para fazer delas autênticos líderes à serviço da Coroa.

Porém, a diversidade cultural e lingüística do mundo indígena demonstrou a necessidade de promulgação de novas leis para melhor atender à realidade, pois as *leys de Burgos* foram de eficácia quase nula. Para uma melhor integração do natural da terra, expande-se o ensino do castelhano, cria-se povoados de espanhóis nas próprias áreas indígenas e se determina o agrupamento dos índios que estão a viver *desparamados sin tener pueblos... donde poder ajuntar para ser adoctrinados*.

Como complementação às novas leis as autoridades religiosas propõem reformulação na evangelização, dizendo da importância do ensino de doutrina cristã ser feito nas próprias línguas indígenas. Por esta razão, Filipe II, em outubro de 1580, ordena a criação de *catedra de lengua* para formar doutorados.

Mesmo que não se possa falar em uma política indigenista dos franciscanos é possível, no entanto, detectar atitudes características da ordem em relação ao trato e governo das povoações indígenas. A tendência ao prático e ao concreto aliada à crença de que os índios eram pouco mais que meninos, seriam as características principais.

Foi este sentido prático que permitiu uma série de ponderações sobre os documentos papalinos a respeito do processo de evangelização, que, com o correr do tempo, se alterou, buscando uma melhor forma de alcançar os objetivos da doutrinação.

O que se pode depreender da leitura dos estudos é que o indigenismo prático do missionário, sua convivência e contínuo trato com o índio, resultaram, na maior parte das vezes, na proteção e defesa da pessoa, cuidando da liberdade e dos direitos do grupo. O interesse científico da obra missionária repousa principalmente no material de ordem lingüística legado, permitindo documentar uma série de línguas extintas.

ERASMO D'ALMEIDA MAGALHÃES.

*

* *

VIEIRA (Antônio). — *História do Futuro (Livro Antepreimeiro)*. Edição crítica, prefaciada e comentada por José Van den Besselaar. Verlag Aschendorff. Münster. 1976. Volume I: Bibliografia, Introdução e Texto. XL + 282 pp. Volume II: Comentário. IV + 264 pp.

Acaba de ser publicada na Alemanha (editora Aschendorff, Münster) a edição crítica em dois volumes da *História do Futuro* do Pe. Antonio Vieira. Sob a direção de Hans Flasche aparece esta edição crítica, prefaciada e comentada pelo historiador José van den Besselaar, em 546 páginas, contendo o primeiro volume uma bibliografia, a introdução e o texto, e o segundo, o comentário.

A *História do Futuro* foi várias vezes editada, com base na "edição princeps" de 1718. Mas o texto preparado e comentado por van den Besselaar distingue-se nitidamente dessas edições anteriores. Baseada em manuscritos que até hoje não haviam merecido a atenção dos especialistas, oferece ao filólogo aqueles elementos, necessários para a reconstrução do texto e a avaliação justa das diversas redações. O comentário, constituindo o segundo volume, explica o texto linha por linha e, por vezes, palavra por palavra, facilitando um índice analítico de assuntos a sua utilização. É obra indispensável a lusitanistas e pesquisadores da história ibérica como tal.

ERWIN THEODOR ROSENTHAL.

*

* *

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *Relações históricas entre o Brasil e os Estados Unidos*, in "Problemas Brasileiros de Educação". Rio de Janeiro, S/d., p. 87-109.

A Comissão de Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil, promoveu, em junho de 1967, uma série de conferências no Salão de Conferências da Biblioteca do Palácio Itamaraty, uma das quais foi proferida pela Profa. Eulália Maria.

A obra em epígrafe, compreende duas grandes divisões. A primeira, introdutória, analisa como os fatores de desagregação, um deles a formação das nacionalidades, explicam a predominância do problema de fronteiras nas relações interamericanas do século passado, substituídos, no fim do século, pelas questões econômicas.

A segunda parte, dedicada às "Relações Históricas entre o Brasil e os Estados Unidos", subdivide-se em quatro itens, a saber: